

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

***ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA:
uma alternativa à crise
do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90***

Por Ana Paula Barcellos

**Florianópolis
2000**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA:

Uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro
dos anos 90

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Por Ana Paula Barcellos

Orientador: Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.

Área de Pesquisa: Economia Popular e Solidária

Palavras Chaves: 1. Mercado de trabalho
 2. Economia Popular e Solidária

Florianópolis, dezembro de 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota à aluna Ana Paula Barcellos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.
(Orientador)

Prof. Nildo Ouriques, Dr.
Membro

Prof. Gilberto Montibeller F., Dr.
Membro

**“O que existe no mundo basta para satisfazer
as necessidades de todos,
porém não à cobiça de alguns.”**

(Gandhi)

**Dedico este trabalho a minha família,
Aos meus Pais Clóvis e Vera,
Ao meu irmão José Felipe;
Pelo exemplo de força, amor e coragem.
E a todos que estiveram presentes
Nesta minha caminhada e de
Alguma forma me ajudaram a
Crescer como pessoa.**

SUMÁRIO

	.	
1. INTRODUÇÃO		01
1.1 Problemática		02
1.2 OBJETIVOS		03
1.2.1 Objetivo Geral		03
1.2.1 Objetivos específicos		04
1.3 Metodologia		04
2. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90		05
2.1 Introdução		05
2.2 O mercado de trabalho contemporâneo		10
2.1.2 O mercado de trabalho brasileiro nos anos 90		12
3. ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA		23
3.1 Introdução		23
3.2 Economia Popular		25
3.3 Economia Solidária		28
3.4 Economia Popular e Solidária		30
3.4.1 Possibilidades e desafios		37
3.4.2 Cooperativas		40
3.4.2.1 Base Histórica do Cooperativismo		43
3.4.2.2 Estrutura do cooperativismo		47
4. CONCLUSÕES		51
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Emprego formal, informal e desemprego aberto - 1990-98	15
TABELA 2: Distribuição dos trabalhadores no setor não agrícola - 1995.....	18
TABELA 1: Nível de remuneração dos trabalhadores não rurais - 1995.....	20

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral, a verificação da Economia Popular e Solidária como uma possível alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. Sendo assim, procurou-se descrever os principais conteúdos que descrevem o mercado de trabalho contemporâneo, dando uma maior ênfase ao brasileiro, mostrando suas mudanças quanto às relações de trabalho. Após compreendido este tema, passou-se a analisar a Economia Popular e Solidária, e sua atuação que vai além da geração de emprego e renda. A pesquisa foi do tipo descritivo-analítica, sendo que os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e analisadas de forma documental. Apesar da crise do mercado de trabalho apresentar um quadro de complexo enfrentamento e dos desafios enfrentados pela EPS não serem poucos, pôde-se concluir que esta economia pode ser considerada como uma alternativa aos trabalhadores excluídos, desde que estes desfrutem de uma ideologia de vida que permeie a colaboração, a cooperação e a solidariedade.

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

A escolha deste tema baseou-se primeiramente numa análise pessoal da autora, sendo que buscou-se avaliar as tendências econômicas que mais vinham ao encontro com sua ideologia de vida, com o intuito de tornar esta pesquisa um exercício prazeroso. Aliado ao conhecimento acadêmico, acreditou-se na importância da afinidade do tema a ser pesquisado com o próprio pesquisador, para que se gere, desta maneira, um melhor rendimento tendo em vista a auto-motivação. É importante ressaltar, que mesmo tendo esta afinidade com o tema a ser abordado nesta pesquisa, a neutralidade foi reforçada durante toda a análise.

Depois de analisar-se o aspecto pessoal e de ter realizado um breve apanhado das tendências econômicas atuais, firmou-se a idéia de realizar esta pesquisa dando uma abrangência maior às questões não só econômicas, mas também sociais.

Neste trabalho, tem-se o intuito de observar a realidade atual do mercado de trabalho brasileiro e de que forma a Economia Popular e Solidária se apresenta como possível alternativa aos que se encontram excluídos deste.

Não é preciso pesquisar em livros para se saber que o número de trabalhadores absorvidos pelo mercado de trabalho é proporcionalmente inferior ao número de trabalhadores que compreendem a oferta de força de trabalho, basta observar a miséria crescente em nossas cidades. Sabe-se bem que “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações”, como cita Chesnais (1996, p.15), porém é da própria criação de riquezas para poucos que tem-se criado a miséria de muitos.

Ao passo que se observa a crise do emprego, presente no sistema capitalista, pode-se constatar a acentuada desestruturação do mercado de trabalho. O desemprego ocorre em todos os países do mundo, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento, porém a forma como os países enfrentam esta problemática acontece de maneira distinta entre estes. Na Europa, o mercado de trabalho encontra-se ainda estruturado, onde a maioria das pessoas encontram-se em postos assalariados, uma das soluções adotadas são as formas contratuais, onde é crescente a utilização de contratos por tempo de serviço. Já nos países da América Latina, o processo de estruturação do mercado de trabalho ainda está em andamento, onde boa parte dos trabalhadores atuam sob relações não diretamente capitalistas.

Percebe-se que a realidade política, econômica e social está se corroendo em função das atividades capitalista, gerando uma crise em todo o mundo. Como coloca Chussudovsky (1999, p. 11), “a crise global não está concentrada em uma única região do mundo”. Ou seja, a amplitude desta crise atinge todas as economias nacionais, pelo simples fato de estas estarem cada vez mais interligadas.

A Globalização é considerada um dos principais propulsores das mudanças ocorridas na economia contemporânea. Para Núñez esta “é a última batalha do capitalismo, por uma monopolização dos mercados e da centralização central dos recursos” (1996, p. 5)¹. O autor ainda ressalta que este processo se dá as custas da aceleração das taxas de exploração dos recursos naturais e humanos, principalmente através da produção de taxa de mais valia relativa. A maioria de nós acaba por simplesmente dizer que este é um processo que faz parte do ciclo econômico, mas sem saber ao certo o que este ciclo traz em seu final, além da depredação da natureza e do próprio ser humano.

Analisa-se, então, não só as causas estruturais do desemprego mundial, mas também as soluções práticas que estão sendo implementadas como alternativas efetivas, bem como a análise destas práticas pelos intelectuais econômicos e sociais. Muitos trabalhadores que não se encontram mais na posição de assalariados, buscam alternativas

¹ As citações do autor Núñez foram traduzidas pela própria acadêmica, sendo que a obra original está editada somente na língua espanhola.

que possibilitem a geração de trabalho e renda, e entre estas está a Economia Popular e Solidária.

Há muito tempo já existiam, “nos sistemas econômicos pré-capitalistas, uma forma de organização econômica em que os bens produzidos se destinam à satisfação das necessidades dos próprios produtores, raramente havendo um excedente”, como cita Sandroni (1994, p.109) conceituando-a de Economia Natural. Por certo, reconhece-se a quase utopia em se afirmar que os padrões de sociedade atual convergissem para os acima citados, onde se voltaria a Economia de Subsistência por uma livre escolha dos que se encontram no topo do poder mundial, a não ser que algo forçasse a se tomar este tipo de escolha.

A Economia Popular e Solidária, por sua vez, não é de um modelo revolucionário para mudar ou subordinar o sistema atual, senão um projeto que tem como objetivo estruturar uma alternativa econômica, social, política e também cultural. Tendo em vista a crise no mercado de trabalho - que apresenta um quadro cada vez mais grave - tudo indica que dificilmente o mercado formal de trabalho crescerá o suficiente para absorver, senão a totalidade, pelo menos a maioria da população de trabalhadores. Fica então o questionamento que se pretende esclarecer com esta pesquisa: será que as ações da Economia Popular e Solidária podem ser realmente consideradas como alternativa aos que se encontram excluídos do mercado de trabalho brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a Economia Popular e Solidária como uma alternativa à crise no mercado brasileiro de trabalho gerado pela dinâmica do capitalismo contemporâneo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Diagnosticar a problemática relacionada ao mercado de trabalho, seja quanto a inserção dos trabalhadores ou quanto a escassez dos postos de trabalho no Brasil.
- Avaliar a potencialidade e realidade da Economia Popular e Solidária como alternativa de trabalhadores para geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada para a realização desta monografia compreende a observação de procedimentos que podem ser divididos em duas fases principais:

A fase inicial compreende a pesquisa referente ao mercado de trabalho brasileiro, contextualizando o mesmo junto às tendências do mercado de trabalho mundial, observando suas particularidades.

Na segunda fase, dar-se-á enfoque a Economia Popular e Solidária, analisando seus princípios básicos e a maneira com que se coloca como uma alternativa aos trabalhadores que não se encaixam no mercado de trabalho formal.

Para o desenvolvimento destas duas etapas será necessária a realização de um levantamento bibliográfico dos estudos realizados nestas áreas – mercado de trabalho e Economia Popular e Solidária – para que se possa compreender a interação destas e, finalmente, concluir de que forma a segunda pode ser uma alternativa à crise presente na primeira.

2 - O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90

2.1 Introdução

Para melhor entender a crise instalada no mercado de trabalho brasileiro, faz-se imprescindível um levantamento dos fatores que determinam a atuação do capitalismo como sistema econômico contemporâneo.

Se o tema a ser abordado neste trabalho são as formas não-capitalistas de produção, nada mais adequado do que primeiramente expor os conceitos que caracterizam uma produção capitalista. Já vivemos mais de duzentos anos deste sistema econômico chamado capitalismo, que traz como característica principal a relação exploratória dos detentores dos meios de produção sobre aqueles que não os possuem, trocam salários por força de trabalho, se observado seu início referente à Revolução Industrial. Porém Marx, afirma que “como forma característica do processo capitalista de produção, este sistema impera durante o verdadeiro período manufatureiro que, em linhas gerais, vai desde meados do séc. XVI até o último terço do séc. XVIII” (1989, p.386).

A relação de exploração do trabalho pelos detentores dos meios de produção está também presente nos sistemas de produção e econômicos anteriores ao capitalismo, seja no uso da mão de obra servil ou escrava. A verdade é que nestas duas as relações de troca entre força de trabalho e os bens necessários à sobrevivência dos trabalhadores são claras, de maneira direta. O indivíduo despendia horas de trabalho e recebia comida, moradia, roupas. No modo de produção capitalista não se vê tão claramente o resultado desta troca, já que o objeto produzido pelo trabalhador assalariado não é o único que saciará suas necessidades. Esta relação é muito bem abordada por Marx (1989),

A forma salário apaga, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corvéia distingue-se, no tempo e no espaço, sensível e palpavelmente, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra. Na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensava o valor de seus próprios meios de subsistência, trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado ao seu dono. Todo o seu trabalho tem aparência de trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o trabalho excedente não remunerado parece pago. (p.622)

No capitalismo podemos exemplificar a seguinte relação: o trabalhador de uma fábrica de sapatos também precisa comprar alimentos, vestuário e outros bens. Para isto, recebe uma quantia monetária em troca de sua força de trabalho, o salário, indo ao mercado onde comprará os produtos e serviços necessários à sua sobrevivência. Esta relação de compra em outras fábricas e no próprio comércio torna mais complexa a distinção entre o modo de produção capitalista e os modos de produção antecessores.

Na economia capitalista, o ser humano em sua trajetória de vida nasce, aprende a trabalhar, trabalha por anos e quando é julgado não ser mais apto para o trabalho é excluído do mercado. É, na verdade, um capital humano, um ser econômico e não mais um ser humano. Já que sua vida se resume a trabalho e renda, acaba deixando de lado a necessidade de buscar maiores vivências que não somente as materiais, como por exemplo, o lazer, a cultura, o intelecto e a descoberta de si próprio como um ser individual e social.

Pochamann (1999) ressalta que

A evolução da economia capitalista está diretamente associada a sua capacidade de geração de excedente. Quanto maior o excedente econômico apropriado na forma de lucro, mais favorável serão as oportunidades de existência do capitalismo e, por conseqüência, de permanência do emprego assalariado. O trabalho gera riqueza apropriada, em parte pelo capitalista. Sendo maior a capacidade de geração de riqueza pelo trabalho, maior também tende a ser o risco da criação de força de trabalho abundante, pois a tendência intrínseca ao desenvolvimento capitalista de ampliação dos meios de produção com menor uso da mão de obra. (p.135)

Os Estados Unidos da América tornaram-se o protagonista da economia capitalista mundial na atualidade, percebe-se que são altos os índices de emprego e renda alcançados neste país, mas ultrapassando-se está óptica econômica, são cada vez mais evidentes conflitos sociais e mesmo individuais. Nota-se que mesmo na tal dita sociedade avançada, as pessoas estão repletas de inventos e reinventos tecnológicos ao seu redor, têm empregos, têm uma boa renda e não estão satisfeitas, talvez porque tenham se dedicado quase que exclusivamente ao lado material, sem observar seu desenvolvimento pessoal.

Com certeza este tipo de pensamento é imposto pela lógica do “consume mais, pense menos”, pois quanto mais se pára para pensar e desenvolver um senso crítico sobre o que acontece ao redor, mais pode se perceber que para se alcançar um bem estar pleno não se necessita somente de um bom emprego e renda. Parece ser uma colocação bastante lógica e óbvia, tendo em vista que todos precisam de equilíbrio não só financeiro, mas também emocional, intelectual, espiritual e nas demais áreas de suas vidas. Porém, dentro do sistema capitalista, o ser humano se transforma cada vez mais em um robô, um ser mecânico, que acorda e trabalha até exaurir grande parte de suas forças. De modo que, ao fim do dia pouco lhe resta de energia para buscar outros fatores necessários para uma vida em harmonia.

E isso, supondo que todos tenham emprego... Pois uma grande parcela da população mundial não tem emprego, e desta forma, precariamente consegue suprir suas necessidades básicas. Vive sem condições de exercer atividades de lazer e muito menos de buscar um aprimoramento intelectual. Sem saber, não pensa; está adormecido dentro do sistema, desconectado de si próprio por sua baixa estima e miséria, pois a ordem do dia é Ter e não Ser, se você não Tem, você não É.

O sistema capitalista, vai muito mais além de um modo de produção e de fatores econômicos, sabe-se que a vida não se tornou tão doce. Apesar da mobilidade social, em que um trabalhador de chão de fábrica pode vir a se tornar um empresário, o que muito raramente acontecia com um escravo ou servo, nota-se que a realidade é bem mais amarga e opressora.

Mesmo depois deste período de atividades capitalistas, nasce um novo mundo em constante transformação a cada instante, sendo ainda desconhecidas as conseqüências sociais destas mudanças para o futuro. O sistema capitalista é intenso em sua dinâmica, envolto em ciclos recorrentes que se sobrepõem. Compreender as mudanças que já ocorreram do decorrer da história do capitalismo é o preceito básico para que se possa entender a crise atual, não há como parar o fluxo do rio que corre, mas pode-se estudá-lo e efetivar as alterações necessárias em seu trajeto, para que este não saia destruindo o que ainda resta desta sociedade.

Por certo, em toda a história capitalista tem se buscado o desenvolvimento econômico, Gutiérrez (1993) ressalta que “o desenvolvimento econômico não é tão somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas da vida” (p.26).

Percebe-se que na prática a economia capitalista tem uma dinâmica cada vez mais intensa. Não de uma forma revolucionária, mas aparecendo em pequenos focos espalhados por várias partes do planeta, já pode-se perceber organizações sociais e econômicas que tendem a escapar da atual tendência competitiva e excludente ditada pelo capitalismo. Esta mesma Economia Capitalista fundamentada na indústria e no trabalho assalariado, tem apresentado as seguintes situações nas últimas décadas, como colocadas por Núñez (1996), há o

incremento de capital morto sobre o capital vivo em sua composição orgânica; maior desenvolvimento do setor terciário sobre os setores primário e secundário; uma preponderância do capital financeiro sobre o capital industrial; uma inclinação dos capitais por apropriarem-se do que nós chamamos de mais-valia histórica; maior apropriação do excedente através da circulação; fortalecimento da competência no âmbito do consumo; depredação industrial dos recursos naturais e exclusão massiva da força de trabalho; diminuição do proletariado e aparecimento de novos movimentos sociais. (p. 4).

A essência capitalista presente nos processos produtivos reflete um aumento da produtividade, um aumento da mais-valia relativa e ainda vários outros reflexos positivos quanto à ótica do detentor dos meios de produção e de capital. Mas do outro lado do muro está um panorama não tão colorido, vê-se o desgaste do meio ambiente como um todo, uma realidade árida para a natureza e para o homem.

Lisboa (1995) afirma ainda que:

Somente com a evolução da economia que vemos surgir o fenômeno da pobreza. São dois movimentos contraditórios que caminham historicamente juntos: enriquecimento e empobrecimento. A pobreza se acumula no capitalismo como consequência direta da expansão do capital, a qual destrói a milenar capacidade dos povos de auto-produzirem sua subsistência através do uso comunal dos recursos naturais. (p.7)

Ao longo do processo de produção capitalista existiram paralelamente formas alternativas a este sistema de produção, através de experiências associativas e de autogestão. Algumas ações de enfrentamento à falta trabalho já eram efetivadas anteriormente ao capitalismo, ao exemplo das atividades cooperativistas que estiveram presentes desde a Idade Antiga, como será visto no capítulo seguinte.

Os fatores contemporâneos que servem como gatilhos propulsores para o estímulo de se procurar as estruturas associativas e de autogestão (tendo em vista a necessidade de se efetivar uma alternativa à escassez de postos de trabalhos), são estes: as privatizações; os processos de reestruturação públicos e privados; o aumento significativo de falência de empresas e inclusive a globalização, principalmente em se tratando dos países em desenvolvimento. Como alternativa a estes processos torna-se visível, nos mais diversos setores, a presença de organizações geridas pelos próprios trabalhadores, ao exemplo das cooperativas de crédito, de habitação, de educação, de seguros, de consumo e vários tipos. Almejando, através destas alternativas, não somente emprego e renda, mas também relações trabalhistas que enfoquem a qualidade do emprego e de vida. Outros trabalhadores

organizam-se, ainda, montando seus próprios negócios ou atuando como autônomos e profissionais liberais.

Paul Singer (1993) elucida o modo como a globalização da economia não atua somente como integradora de culturas e, em verdade tem alterado profundamente a divisão internacional do trabalho, citando numa de suas publicações que o lado perverso deste caminho tomado pela globalização da economia “é que os capitais estão se deslocando para áreas em que o custo da força de trabalho é menor, onde não existem os benefícios sociais já consagrados em convênios internacionais, o que agrava a perda de empregos nos países em que os direitos trabalhistas existem e são respeitados”. (p.118)

Nos deparamos, então, com uma realidade um tanto quanto distinta daquelas presentes nos discursos de nossos dirigentes, que indicam um caminho de crescimento e de desenvolvimento econômico através da participação no mercado externo, ao ponto que os mesmos são os que colocam a nossa economia cada vez mais a mercê das necessidades das economias externas desenvolvidas, deixando de levar em conta as potencialidades e necessidades internas. Percebe-se que a realidade dos países em desenvolvimento frente ao mercado globalizado é de extrema dependência e impotência.

2.2 O MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

O mercado de trabalho é representado por cinco principais elementos: o ofertante de força de trabalho (trabalhador), o demandante de força de trabalho (capitalista), a mercadoria oferecida pelo trabalhador (força de trabalho), o preço da força de trabalho (salário) e o Estado. Esses quatro primeiros poderiam atuar livremente seguindo regras de um livre mercado. Porém para se manter um equilíbrio controlado, entra em cena o Estado, que tem como objetivo regulamentar as relações entre os demais elementos e estabelecer

regras para esta relação econômica, atuando certas vezes em prol do capital e outras dos trabalhadores.

As relações de trabalho na economia capitalista vêm, sem dúvida alguma, modificando-se intensamente ao longo do tempo. Sendo que estas relações de trabalho são aqui entendidas como os contratos, as formas de pagamento e também os modos de uso da força de trabalho. Na ordem do dia está a desvinculação dos assalariados de seus empregadores, resultando numa fuga para o setor terciário. Paul Singer (1993) acrescenta ainda que “as empresas estão empenhadas em economizar encargos trabalhistas mediante a transformação de empregados em prestadores de serviço ou autônomos subcontratados” (p. 119), podendo ser exemplificado pela terceirização tão em voga nos dias de hoje. Porém, na maior parte dos casos, o crescimento destes profissionais e pequenas empresas, quando vinculados à grande empresa, só acontecerá se as grandes crescerem no mercado.

No início do capitalismo o incentivo era de que o artesão se tornasse assalariado. Hoje o capitalismo cria o paradigma de que o assalariado deve voltar a ser artesão, sendo autônomo ou dono de seu próprio negócio. Com isto, desmobilizam-se as lutas de classe, já que não há mais classe organizada por setor. Tem-se como consequência uma concorrência crescente no mercado de trabalho informal, fazendo com que os trabalhadores autônomos operem jornadas de trabalho cada vez mais longas. Esta desmobilização de classes, pode retratar na verdade uma fase de transição do capitalismo, que não necessariamente será eterna. Em algumas entidades sindicais já se vê presente discussões para efetivar uma “reunião” dos trabalhadores que se encontram desvinculados dos sindicatos por estarem atuando como autônomos ou organizados em pequenas empresas, “soltos” no mercado.

Vale ressaltar os casos em que trabalhadores após serem dispensados pelas reestruturações e privatizações ou mesmo pela ação de empresários capitalistas que tem a intenção de diminuir seus custos através da redução de pessoal, organizam-se em cooperativas. Uma questão interessante a ser avaliada, é que nestes casos os princípios básicos das cooperativas são deixados de lado, já que o dimensionamento e planejamento das mesmas deixa de ser realizado pensando-se no bem estar dos trabalhadores, mas sim é realizado sob as necessidades de quem irá contratar seus serviços ou demandar seus produtos.

Existem também soluções não-capitalistas ao desemprego. Paul Singer (1993) ressalta que:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserirem na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para seus produtos. (p.122)

Segundo o autor, o mercado protegido facilitará o período de aprendizagem dos indivíduos, fazendo com que estes agreguem experiências e possam conquistar seus clientes. Este novo setor de reinserção, pode ser constituído por cooperativas e redes de troca ou de colaboração solidária. Cada cooperativa dá preferência pelo consumo de serviços e produtos de outra cooperativa, atuando em nível solidário, como será abordado no capítulo seguinte.

2.3 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 90

A problemática presente no mercado de trabalho brasileiro traz em si visões distintas sobre sua fundamentação como coloca Pochmann (1998):

Nos últimos quinze anos, com esgotamento do processo de desenvolvimento econômico do país, os estudos sobre o desemprego apresentaram, em geral, pelo menos três visões. A primeira refere-se ao problema atual do emprego como sendo decorrência direta das baixas taxas de crescimento da economia. A segunda está associada à idéia de que não há propriamente um problema de desemprego e sim de baixa

qualidade das ocupações que são geradas. A terceira refere-se a uma provável dimensão estrutural e associa o desemprego a uma herança histórica resultante da forma de condução das políticas industriais e à falta de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como mudanças na estrutura fundiária, construção de um Estado de Bem-Estar Social, criação de um sistema tributário progressivo, entre outras. (p.231)

Na atualidade brasileira vê-se cada vez mais acentuado o número de ofertantes de força de trabalho, fato este que já faz parte de longos anos de nossa história. O desemprego estrutural não é exclusividade de países em desenvolvimento, como o nosso. Porém nesses países são muito mais complexos os ajustes econômicos e tecnológicos necessários para reverter, ou pelo menos amenizar a situação. Os fatores propulsores do desemprego são quase sempre os mesmos para os mais distintos países, o que se altera são os impactos desses fatores e a forma como cada país buscará reagir. Nos países da América Latina, percebe-se que a diminuição da capacidade de absorção de força de trabalho no setor formal é compensada pela absorção desta no setor informal, já nos países industrializados o que se observa é um aumento nos contratos por tempo determinado e tempo parcial. Uma grande diferença é que nos primeiros não estão presentes códigos de seguridade e proteção legal, como nos segundos.

Mas a questão da pouca absorção do mercado de trabalho, como citou Pochmann (1998), também está relacionada com “o esgotamento do processo de desenvolvimento econômico do país”. Ou seja, como a economia brasileira desloca-se a passos lentos quanto ao seu crescimento econômico, pouco pode se esperar de expansão do mercado de trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho contemporâneo brasileiro Baltar (1998) conclui em um de seus artigos

Num país onde a população ativa urbana deverá continuar crescendo num ritmo relativamente rápido ainda por um longo período de tempo, é preocupante que tenha ocorrido redução do número absoluto de pessoas com emprego em estabelecimentos com o mínimo de estrutura e organização. Não há dúvida de que uma parte dessa redução do emprego formal correspondeu à mudança do tipo de trabalho com a terceirização das atividades, antes realizada dentro das empresas. Outra parte,

entretanto, corresponde a uma verdadeira diminuição de oportunidades ocupacionais, associada à mudança na estrutura da produção, não somente por causa da elevação da produtividade do trabalho, mas também devido a uma desintegração das cadeias produtivas, a partir da importação de bens intermediários. (p.143)

Em verdade, todo este acelerado processo de mudança pelo qual passa a sociedade brasileira e principalmente o mercado de trabalho nos anos 90, resultou não somente num aumento do desemprego e da informalidade, mas também numa deterioração da qualidade do trabalho.

Poshtuma (1999) resume bem os acontecimentos da última década em relação ao emprego, em que:

A formulação de políticas públicas para o combate ao desemprego tem sido uma prioridade nas agendas governamentais tanto nas economias industrializadas quanto nas economias em desenvolvimento. A globalização dos sistemas de produção e distribuição, a mudança tecnológica e a intensificação da competição têm desencadeado transformações profundas no mundo do trabalho e aumentado a exclusão social. Mais recentemente, a crise financeira proveniente dos países asiáticos adicionou-se ao problema, contraindo o crescimento e aumentando o desemprego em regiões por todo o mundo. (p.12)

A questão da tecnologia como causadora do desemprego, traz algumas divergências, têm-se observado que nos países industrializados a tecnologia não se apresenta de forma tão negativa quanto ao nível de emprego, atuando sim sobre a composição do emprego e os padrões salariais operados nestes países. Porém como não é esta a realidade brasileira, somos ainda um país não tão industrializado, percebemos que as mudanças tecnológicas exercem uma influência forte sobre os níveis de geração e manutenção de empregos. Este fato se dá em função da maior parte da tecnologia utilizada no Brasil ser importada, nossa base industrial é sustentada pela tecnologia de outros países. O avanço tecnológico brasileiro é dependente dos avanços tecnológicos ocorridos nos países desenvolvidos, e

muitas vezes os equipamentos importados destes países a serem utilizados pelas empresas nacionais já estão, de certa forma, ultrapassados nos seus países de origem. Isso quer dizer, fica muito mais difícil se manter um padrão de emprego num país em desenvolvimento frente às mudanças tecnológicas, pois como tem que estar consumindo tecnologia externa, as mudanças nos parque industriais se dão de forma muito mais abrupta, criando uma dificuldade na absorção de um maior número de trabalhadores e queda no número de postos de trabalho. Por outro lado, se as tecnologias que aportassem em nosso país fossem de última geração, com certeza o impacto destas sobre os níveis de emprego seria muito maior.

Durante os anos 90, são três as tendências de deslocamento do trabalho, refletidas devido aos fatores acima citados. Primeiramente observa-se que com a queda do número de postos de trabalho na indústria, os trabalhadores têm se deslocado para o comércio e também para os serviços; a segunda tendência é o fato dos trabalhadores estarem desenvolvendo atividades que não tem relação com a que desenvolviam anteriormente de maneira formalizada, com exemplo, um torneiro mecânico desempregado que começa a atuar no ramo de vendas; por fim, há o deslocamento espacial, que acontece quando o trabalhador sai de sua cidade para encontrar trabalho em novos pólos de crescimento.

Na tabela abaixo, demonstra-se a evolução do emprego brasileiro nos setores formal e informal, e ainda o desemprego aberto, observados nos anos 90.

Tabela 1: Emprego formal e informal e desemprego aberto – 1990-98 (%)

Indicadores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Desemprego aberto	4,3	4,8	4,9	5,4	5,1	4,6	5,4	5,7	8,5
Setor formal	48	46,8	45,7	44,5	43,5	42,4	40,7	39,6	-
Setor informal	52	53,2	54,3	55,5	56,5	57,6	59,3	60,4	-
Fonte: OIT (1998)									

Vê-se claramente que o setor informal tem servido como um amortecedor do desemprego no setor formal. Como afirma Poshtuma (1999), “o desemprego formal, especialmente nas grandes firmas privadas, decaiu significativamente, enquanto a ocupação, em todo os segmentos do setor informal, aumentou” (p.17). Porém este

movimento de trabalhadores do setor formal para o informal, pode ser explicado não somente pela queda de postos de trabalho no primeiro, mas também por opção do próprio trabalhador que resolve deixar de ser assalariado para ser dono de seu próprio negócio.

A questão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro é de grande importância neste estudo, já que tem aumentado durante toda a década de noventa. Amadeo (1999) ressalta que:

São múltiplas as causas da informalidade no Brasil, passando, inclusive, pelos incentivos gerados pelo sistema de seguridade social, a legislação trabalhista e as peculiaridades das pequenas e microempresas, que concentram um grande número de trabalhadores informais. (p.49)

Avaliando a informalidade dentro de um contexto histórico, Oliveira (1998) lembra ainda que:

A própria dinâmica de acumulação capitalista criou oportunidades para as pequenas atividades mercantis, as quais passaram a se dedicar os trabalhadores informais. Contudo, reinava nessas atividades uma concorrência desenfreada e, nas regiões ou cidades onde se conjugaram reduzida renda gerada pelas atividades capitalistas e elevado número de trabalhadores informais, tornou-se grande a miséria nessa camada social. Por outro lado, aumentou a participação do trabalho assalariado e progressivamente a pobreza urbana passou a estar associada aos baixos salários. (p.120)

Este movimento de migração do setor formal para o setor informal, como visto, não está baseado somente na disparidade entre oferta e demanda de mão-de-obra, tendo em vista que estes dois fatores são determinados principalmente pela variação demográfica e pelo desempenho da economia. Há um fator de grande relevância, a qualidade de emprego, que durante muito tempo foi desconsiderado nos manuais de economia, e vem sendo

abordado por alguns intelectuais das mais diversas áreas econômicas e sociais da atualidade.

A análise da qualidade de trabalho leva em consideração fatores que vão além do nível de renda, observando questões mais subjetivas e muitas vezes de difícil quantificação, a exemplo do bem-estar do empregado. Reinecke (1999), em seu artigo na obra organizada pelo Ministério de Trabalho e do Emprego, lista os principais pontos a serem observados quanto à análise da qualidade de emprego, são eles:

renda; benefícios salariais; regularidade e confiabilidade do trabalho e dos salários; status contratual; proteção social (pensões, saúde, proteção no caso de desemprego); representação de interesse (através de sindicatos ou outros); jornada de trabalho (duração e ritmo); intensidade do trabalho; risco de acidentes e de doenças ocupacionais; envolvimento em decisões ligadas ao trabalho (autonomia, participação); possibilidade para o desenvolvimento de qualificações profissionais, de habilidades pessoais e da criatividade; interesse no trabalho. (p.121)

É considerado, um trabalho típico ou regular aquele em que há uma relação formalizada contratualmente entre o empregador e o empregado, realizados trabalhos contínuos e em tempos de serviço integral, proporcionando seguridade social e certa proteção ao trabalhador, sendo este o tipo de trabalho mais comum nos países industrializados, e cada vez mais raro no Brasil. No caso do trabalho típico é mais fácil avaliar a questão da qualidade de emprego. Porém, no caso do trabalho atípico, nos quais se presenciam as formas de contratos distintos, remunerações por produtividade, atividades sem vínculo direto com as empresas e outras relações de trabalho diferenciadas, fica mais complexa a análise quanto à qualidade de emprego. Complementa-se este raciocínio, com uma citação de Pochamann (1999) que afirma que:

A geração de ocupação com baixa qualidade (atípico, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associado à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporações economicamente possíveis. Dessa forma, distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejado.(1999, p.21)

No ano de 1995 as 51,1 milhões de pessoas que ocupavam postos de trabalho do emprego não agrícola no Brasil, estavam distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2: Distribuição dos trabalhadores no setor não agrícola - 1995

Discriminação	Participação
Servidor civil e trabalho assalariado com carteira assinada	44%
Trabalhador assalariado sem carteira assinada	15%
Autônomo	23%
Domésticos	10%
Empregador	4%
Trabalhadores não remunerados	4%
Fonte: IBGE, 1995	

No Brasil, uma maneira de se analisar a qualidade do emprego é realizada através do registro junto ao Ministério do Trabalho, ou seja, através da assinatura na Carteira de Trabalho. Pois é desta forma que se formalizam a maioria dos contratos entre empregadores e empregados, além de trazer maiores garantias previstas pela legislação vigente. Podendo desta maneira proporcionar um nível básico de qualidade de emprego ao trabalhador, como a garantia de férias, de seguridade social e ainda de outros direitos, como também treinamento através dos órgãos dedicados ao trabalhador (Sesi, Senai, Senac). Visualiza-se na tabela acima que somente 44% dos trabalhadores tem carteira assinada, demonstrando a pouca formalização das relações de trabalho.

Outras análises são realizadas levando em consideração a escolaridade, como também raça e gênero. Reinecke (1999) observou que em 1995, “entre aqueles com menos de uma ano de educação formal, o trabalho por conta própria responde por quase um terço

do emprego, e a fatia assalariado sem carteira (18%) é tão elevada quanto o emprego assalariado com carteira assinada (20%)” (p. 125). Os postos de trabalho com grau de escolaridade mais elevado são ocupados pelos servidores civis, os empregadores e também os assalariados com carteira.

Os fatores como gênero e raça trazem à tona a questão da discriminação dentro do mercado de trabalho. Valenzuela (1999) argumenta que:

As manifestações da discriminação estão ligadas á construção social de identidades de gênero e raça dos indivíduos. Esse processo gera critérios que servem de base para classificar as pessoas e estão associados a uma avaliação de mérito social e econômico. Esses critérios proporcionam mecanismos para criar ou racionalizar a desigualdade. (p.150)

No Brasil essas desigualdades são bastante visíveis, principalmente por se tratar de um país com rica variedade étnica, fazendo presente a discriminação de certas raças. Vários estudiosos tem se dedicado a este estudo, como também ao estudo da discriminação quanto ao gênero, principalmente os estudos sobre o desemprego feminino em relação ao masculino. Lavinias (1999) afirma que:

Ao se confirmarem as tendências apontadas, de incremento mais que proporcional do desemprego das mulheres, há que se pensar como enfrentar mais esse desafio no que tange às desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Uma das pistas a ser perseguida é aquela que tenta correlacionar desemprego feminino e dinâmica econômica, buscando interpretar qual o novo padrão de integração ou exclusão da mão de obra feminina nos anos 90. (p.200)

Quanto ao nível de remuneração, observa-se no mercado de trabalho brasileiro a seguinte disposição:

Tabela 3: Nível de remuneração dos trabalhadores não rurais - 1995

Nível de Remuneração	Participação
Menos de um salário mínimo	11%
Entre um e dois salários mínimos	27%
Mais de 10 salários mínimos	10%

Fonte: IBGE, 1995

Dentre os que recebem menos de um salário mínimo estão os assalariados sem carteira assinada (19%), os trabalhadores por conta própria (16%) e os trabalhadores domésticos (33%). Já os servidores civis e os trabalhadores com carteira assinada fazem parte da maioria que tem remuneração entre um e dois salários mínimos. Os empregadores estão entre aqueles que recebem mais de dez salários mínimos, representando 46% deste grupo.

Sendo este um país de grandes extensões territoriais e da importância da agricultura para a economia brasileira, é imprescindível que se analise também o emprego agrícola. Amadeo (1999) afirma que “apesar da crescente modernização da economia brasileira, o setor agrícola ainda emprega um número considerável de pessoas... cerca de 7% da população economicamente ativa” (p.51). Sendo que este percentual atinge índices bem mais elevados se forem analisados regionalmente, chegando a 39% na região Sudeste.² A remuneração destes trabalhadores formalizados fica em torno de dois salários mínimos e meio, variando também de acordo com a idade. Sendo mais baixos entre a faixa etária de 10 à 14 anos e mais elevados para os trabalhadores entre 30 e 39 anos.

Tendo em vista estas características do mercado de trabalho brasileiro e da dinâmica da economia, o Ministério do Trabalho tem criado alguns programas para efetivar melhoras, através da preparação do trabalhador e do fortalecimento das relações entre empresas e empregados. É através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que este Ministério tem realizado a maior parte de suas ações, este fundo é realizado com os recursos financeiros arrecadados pelo Programa de Integração Social (PIS), pelo Programa de Apoio ao Servidor Público (PASEP) e por parte dos impostos sindicais. Estes recursos são distribuídos principalmente entre o Programa de Seguro Desemprego, o Programa de

Geração de Emprego e Renda (PROGER), o Proemprego (gerenciado pelo BNDES) e outras ações.

O PROGER e o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), como observa Amadeo (1999), “contribuem para o esforço nacional de manter e gerar ocupação e renda” (p.54). O autor conclui ainda que “esses programas, direcionados às famílias mais carentes, oferecem oportunidades concretas àqueles que já são empreendedores e desejam ampliar seus negócios e aos que pretendem se tornar donos de seu próprio empreendimento” (p.54).

Na área de qualificação profissional, criou-se o Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que dá prioridade aos trabalhadores desempregados, aos micro e pequenos empresários e também aos trabalhadores autônomos. Além destes programas ainda são realizadas ações de fiscalização com o intuito de combater o trabalho escravo, infantil e degradante, além de campanhas de conscientização dos trabalhadores quanto aos riscos presentes na área da saúde e segurança no trabalho.

Mas não são de todo o mal este tipo de solução. Pois, mesmo sendo poucas, existem pequenas empresas que superam as suas dificuldades e as do mercado, conseguindo gerar demanda para seus produtos e serviços, além de renda para seus proprietários (ex-desempregados) e seus empregados. São várias as estratégias utilizadas para estas novas empresas firmarem seus pés no mercado, uma destas são os pólos ou distritos industriais, que reúnem várias pequenas empresas, e estas juntas podem aumentar suas flexibilidade, agilidade e competitividade.

Quanto aos programas de treinamento, vale ressaltar que estes tendem a ajudar o trabalhador a estar mais apto ao enfrentar o mercado de trabalho, por outro lado também tornam o mercado mais competitivo. Não efetivam, por sua vez, um aumento na demanda por mão-de-obra. Podem sim, ser gratificante aos trabalhadores, mas estarão providenciando muito mais gratificações ao empresário, que terá uma oferta de trabalhadores melhor preparados, podendo desta forma absorver esta força de trabalho mais

² Dados referentes ao ano de 1996

qualificada, com salários mais baixos, já que esta qualificação não estará garantindo um aumento no nível dos mesmos.

Além dos treinamentos e créditos às pequenas e microempresas, outras políticas públicas de combate ao desemprego, ao exemplo das garantias previstas pela legislação trabalhista. Quanto à legislação trabalhista brasileira, Cacciamali (1999) ressalta que esta “manteve-se intacta desde sua origem, no final dos anos 30, resistindo às diferentes formas de regime, de governo e de necessidades sociais” (p.227). Afirmando ainda que “o vácuo criado pela omissão do Estado na renovação das relações laborais passou a ser preenchido por recursos múltiplos e de diversificados de privatização das regras sociais no uso de mão-de-obra” (p.228). Frente à dinâmica do capitalismo e do próprio mercado de trabalho é incondizente que se permaneça tanto tempo sem revisões e alterações expressivas na legislação trabalhista, que aos poucos vai se tornando uma colcha de retalhos. As relações de trabalho são diferentes em vários aspectos se comparadas à década de trinta. Hoje observa-se uma maior flexibilidade, seja em relação aos salários, ao tempo de serviço ou ao fator funcional, e sem uma legislação adaptada a estas mudanças o trabalhador tem seus direitos sucateados.

Mattoso (1998) avalia que:

Mesmo políticas de mercado de trabalho atuais, como as propostas pela OIT, ou políticas amplas e indispensáveis, como a redução da jornada de trabalho e o apoio ao desenvolvimento de ocupações de trabalho, só poderiam trazer efeitos significativos e duradouros sobre o mercado de trabalho e as sociedades contemporâneas se fossem acompanhadas de políticas públicas reguladoras, inclusive internacionais, em contexto de mais intenso crescimento econômico. (p.71)

Após analisadas as características do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, bem como algumas políticas públicas implementadas, percebe-se que este apresenta poucas perspectivas de crescimento e que este quadro deve perdurar. Sendo assim, os trabalhadores devem procurar por si próprios caminhos alternativos como enfrentamento

desta crise instaurada no mercado de trabalho. Um destes caminhos que será abordado no capítulo seguinte é o da Economia Popular e Solidária, que como se verá, não é apenas a busca de emprego e renda.

3- ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

3.1 INTRODUÇÃO

A Economia Popular e Solidária é, sem dúvida alguma, uma tendência que se coloca “contra a maré” na economia contemporânea, principalmente porque é oposta aos princípios básicos do capitalismo, o sistema de produção que toma conta da maioria das relações econômicas, e, ao qual a sociedade está condicionada.

É bem verdade que o capitalismo nunca foi um modo de produção totalitário. Desde seu início sempre houve indivíduos que se colocaram fora das relações entre detentores e não-detentores dos meios de produção. Profissionais que se mantiveram em suas antigas funções, como os artesões por exemplo, negando os postos assalariados. Ou ainda, optando por organizações não-capitalistas, como as cooperativas. Gaiger (1999) complementa que na economia contemporânea,

Contrariando as expectativas de uma integração e uniformização progressiva do tecido social, em decorrência de um desenvolvimento econômico que viria cedo ou tarde, processos de fragmentação e exclusão social se impuseram, nas últimas duas décadas, com virulência insuspeita e efeitos dramáticos. Enormes contingentes, alijados do mercado de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência. Expandiu-se o setor informal³, multiplicaram-se os pequenos negócios, resgataram-se, por outro lado, práticas de entre-ajuda e cresceu o interesse pela idéia de dar as mãos e fazer, da união de forças, o caminho de uma nova alternativa. (p.2)

³ Como já citado quantitativamente no capítulo anterior.

O fato do modo de produção capitalista não ser totalitário ainda nos dias de hoje, não se dá somente pelo fato de certos indivíduos optarem por outros modos de produção, mas também porque é grande e crescente o número de excluídos. Como citado no capítulo anterior, o capitalismo não absorve toda a oferta de mão de obra, mantendo uma grande quantidade de trabalhadores de reserva, este fato é embasado em dois principais objetivos: manter a flexibilidade do mercado de trabalho e o nível baixo dos salários. Com certeza, não traz nenhuma consequência positiva em parâmetros sociais. Desta forma, o desemprego é uma realidade perpétua no capitalismo.

Existem hoje várias formas adotadas pelos modos de produção não-capitalistas. Sendo comum certa confusão entre as nomenclaturas adotadas. A própria Economia Popular e Solidária é confundida com a Economia Informal que na verdade “se localiza no nível da sobrevivência, no nível das necessidades imediatas e, muitas vezes, passageira, enquanto durar a crise para o indivíduo, enquanto ele não encontra lugar no mercado de trabalho. A Economia Informal pode ou não se transformar em Economia Popular” (Razeto. 1993, p.13). Já a Economia Popular e Solidária retrata uma visão mais ampla, traduzindo uma opção que o indivíduo faz por um modo de vida, pois refaz um projeto para a sociedade com valores novos e distintos dos até então apresentados.

Como se vê, a Economia Popular e Solidária não diz respeito somente às questões relativas ao mercado de trabalho, mas a uma nova visão social. As formas de produção não-capitalistas representam verdadeiros embriões de um processo de revolução social e econômico, pois dão maior ênfase a certos valores como solidariedade, cooperação e respeito pela natureza e pela própria raça humana. Sendo que estes valores tem sido pouco experimentados no capitalismo, este por sua vez dá mais vazão ao individualismo de caráter excludente. Não se trata, tampouco, de um socialismo fundamentado na exacerbada participação do Estado, pois esta forma de sociedade já experimentada demonstrou certa ineficiência quanto a participação dos indivíduos na organização social e econômica. O ideal está no equilíbrio orientado na prática de avanços independentes dos grupos que se encontram diretamente ligados ao Estado, tanto quanto daqueles que estão comprometidos com a ordem do grande capital.

A Economia Popular e Solidária pode ser considerada como sendo consequência de dois principais fatores da economia contemporânea. Primeiro pela modernização da produção e do mercado e, em segundo pelas alterações na estrutura do Estado. Como já comentado, a modernização do setor produtivo e da distribuição dos produtos causados pelas mudanças tecnológicas e sistemas de gestão resultam no esgotamento da absorção da força de trabalho. O Estado, por sua vez, também tem apresentado queda na criação e manutenção dos postos de trabalho, fato este que decorre de sua reestruturação e das sucessivas crises fiscais e administrativas. Esses dois fatores criam então uma crescente massa marginalizada, resultando em atividades e iniciativas que nascem nos setores populares, para que se possa garantir a subsistência em níveis bastante básicos para uma vida com qualidade.

O objetivo deste capítulo é elucidar os conceitos de Economia Popular e Economia Solidária, pois como afirma Razeto (1993) "nem toda economia popular é solidária" (p.45). Somente depois de se compreender a dinâmica da Economia Popular e Solidária, é que se pode concluir se esta pode ser uma real alternativa à crise no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. Sendo este, um tema de pouca exploração até então, fundamentou-se esta pesquisa em pesquisas de cunho científico já realizadas, tornando este trabalho um interlocutor entre os intelectuais e o meio acadêmico.

3.2 ECONOMIA POPULAR

O conceito de Economia Popular em várias abordagens recebe a conotação de Economia Solidária, mas para desfazer este engano é imprescindível que se deixe clara a distinção existente entre estas.

Para melhor conceituar do que trata a Economia Popular, prefere-se subscrever o conceito de Núñez (1996):

A Economia Popular e sua expressão associativa e autogestionária, origina-se, por um lado, rompendo com as relações capitalistas de produção no interior das empresas capitalistas, como projeto autogestionário dos trabalhadores, mas por outro lado cultiva a si mesma conformando-se no interior de uma economia mercantil simples, associando-se entre eles para escalar e competir na economia em seu conjunto. (p.12)

Em outras palavras, fundamentar-se na Economia Popular, significa dizer: fundamentar-se numa economia de produtores-trabalhadores, que atuam entre a lógica do capital e a lógica de suas necessidades, que, enfim, se organizam com o intuito de defenderem-se da competição capitalista, e para isto desenvolvem formas comunitárias, cooperativas, associativas e autogestionárias. É a economia do povo, daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho. Um dos grandes diferenciais é que nesta economia, em primeiro plano está a geração de emprego, para que através deste os indivíduos possam saciar suas necessidades. A geração de excedente com intuito de realizar acumulação de capital fica para um plano posterior.

A Economia Popular é fortemente heterogênea, Razeto (1993) afirma que são cinco os principais segmentos econômicos em que esta se encontra representada:

- a. Microempresas e pequenas oficinas: que podem adotar caráter familiar, individual ou de poucos sócios, como oficinas mecânicas por exemplo.
- b. Atividades individuais não estabelecidas e informais: como empregados domésticos.
- c. Atividades ilegais e pequenos delitos: aqui se enquadram os indivíduos à margem da lei como traficantes.
- d. Atividades assistenciais e inserção em sistemas beneficentes: podendo atuar em nível público ou privado.

- e. Organizações econômicas populares: estas atividades são geridas por pequenos grupos, visando a solução dos problemas econômicos e sociais de forma solidárias e conjunta, a exemplo das cooperativas.

No momento de um indivíduo fazer a opção por um destes segmentos leva em consideração suas experiências anteriores, sua cultura e sua ideologia de vida. Pois um mesmo indivíduo pode atuar em apenas um deles, ou ainda pode, ao mesmo tempo, atuar em mais de um destes segmentos. Por exemplo, um indivíduo pode ser membro de uma cooperativa e, num mesmo momento ser um empregado doméstico. Há ainda aqueles que além de serem assalariados capitalistas, realizam atividades paralelas dentro de um dos segmentos acima citados. Ao exemplo de uma costureira que trabalha numa fábrica e nas horas livres realiza pequenos serviços de reparos em roupas, para que desta forma possam criar um incremento em sua renda.

Cada um destes segmentos pode representar uma alternativa ao indivíduo excluído, mas ainda cabe analisar os fatores intrínsecos que interferem na escolha voluntária. Razeto (1993) declara que a escolha de cada indivíduo está associada a um tipo de estratégia. Ou seja, o sujeito pode optar por uma das atividades citadas como "estratégia de sobrevivência", sendo esta atividade encarada de forma transitória em sua vida, a pessoa não tem intenção de realizá-la para o resto de sua vida, apenas irá suprir suas necessidades mais básicas. Outra pessoa pode adotar outra atividade fazendo parte de sua "estratégia de subsistência", podendo desta forma atender às suas necessidades básicas de forma melhor do que no caso anterior, mas ainda não proporciona condições de acumulação para que leve seu padrão de vida. Há ainda, o sujeito que faz a escolha da atividade a ser desenvolvida levando em consideração sua "estratégia de vida", aí incluem-se seus ideais e vida, realizando a escolha não como algo passageiro (como as estratégias anteriores), mas como algo permanente em sua vida, que irá não só suprir as necessidades, mas irá proporcionar condições de crescimento econômico e pessoal.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, por sua vez, pode ser conceituada como sendo uma:

formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas. (RAZETO, 1993 P.40)

O modo de produção exercitado pelas cooperativas se apresentam como a forma mais evoluída da Economia Solidária, nela o conceito chave é a cooperação, pois agrega os valores de colaboração e ajuda mútua. Economia Solidária não é, em si, uma adaptação do capitalismo, é sim, contrária a ele. Sendo que esta, não está sendo representada somente na produção, mas também no crédito e no consumo. Esta é sem dúvida uma forma paralela ao sistema capitalista, pois assume distintas relações de produção e distribuição de bens e serviços do que os adotados pela maior parte da sociedade.

Na economia capitalista, a etapa de produção apresenta como fatores econômicos mais expressivos: o capital e o trabalho, já na economia solidária, Razeto (1993) destaca a presença do “fator C”, representando a cooperação, a coletividade, a colaboração e a coordenação. Por certo estes mesmos conceitos também estão presentes no modo de produção capitalista, porém recebem neste caso um enfoque distinto. A cooperação e a colaboração são fatores impostos dentro da empresa, não vingam pela vontade mútua de um objetivo comunitário. Em geral, coopera-se com o colega de trabalho pois caso contrário o trabalhador será dispensado de seu posto. Muitas vezes o empregado do setor A, mal sabe o que faz o do setor B, e o quanto é importante sua função perante a totalidade do processo produtivo geral. A coordenação se dá na maior parte das vezes de forma hierarquizada e não democrática. A coletividade, no caso capitalista, induz à massificação do indivíduo, em

que uma pessoa é apenas uma pessoa a mais no conjunto, sem respeitar seu ser individual. O “fator C” implícito na Economia Solidária defini os fatores acima colocados de forma diferente, como explicita Razeto (1993):

manifesta-se na cooperação do trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, que reduz a “conflituabilidade” e os custos que deles deriva; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferentes, etc. (p.15)

Na distribuição, a Economia Solidária também se distingue da capitalista, indo além das relações de troca com valorização simplesmente monetarizada, como compra e venda de bens e serviços, tributações e dotações orçamentárias. Existem nesta economia relações como doações (transferência unilateral), reciprocidade (transferência bidirecional), comensalidade (transferência pluridirecional) e cooperação (transferência bidirecional múltipla).

Quanto ao consumo, percebem-se comportamentos diferentes e bastante relevantes. Como não existem fortes relações de intermediação entre produtor e consumidor, como a presença de entidades comerciais, acaba-se percebendo certa proximidade entre estes, sendo que certas vezes os produtores são os próprios consumidores de seus produtos ou serviços. Outro comportamento interessante é a preferência pelo consumo comunitário, dando-se vazão ao consumo que possa suprir as necessidades de um maior número de pessoas, do que somente o consumo individual. O comportamento que talvez seja o que mais se difere do comportamento capitalista, que se caracteriza pelo consumismo exacerbado e pela sofisticação imposta de forma subjetiva à sociedade é o que insinua de forma qualitativa à simplicidade e quantitativa à frugalidade. Não é que se queira aqui impor a pobreza ou mesmo o sacrifício dos indivíduos. Este comportamento induz a se

descobrir novas alternativas para que se mantenha, ou crie uma melhor qualidade de vida de forma simples e natural.

3.4 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

A Economia Popular e Solidária nasce de dentro do capitalismo, mas tenta burlar suas regras ao apresentar-se não só como um espaço de novas experimentações organizacionais, mas como um novo segmento de mercado sugerido por regras não-capitalistas. Pode, ou não (este é o ponto), ser encarada como uma alternativa à esta crise presente e inerente ao mercado de trabalho capitalista, surgindo como um novo modo de produção, por enquanto, paralelo.

Braudel (1995) afirma que “não há uma economia, mas sim economias” (p.12), destacando a presença de três níveis distintos de economia. Começando, pelo segundo, está a economia de mercado, com suas relações “transparentes”; acima desta - num primeiro nível - há uma área de “opacidade”, onde se percebe “o domínio por excelência do capitalismo” (p.12); o terceiro nível, também de “opacidade”, é denominado pelo autor como “vida material”, que engloba as atividades econômicas informais, auto-suficientes e de trocas de produtos e serviços. Seguindo estas colocações, é nesta última que se encontra alojada a Economia Popular e Solidária.

A Economia Popular e Solidária tende a analisar estas formas de produção não-capitalista na economia contemporânea tendo em vista o crescimento da participação das estruturas autogestivas na economia mundial e, no seu âmbito prático tem representado um setor alternativo que cobre o vácuo deixado pelo próprio capitalismo através do desemprego estrutural que atinge níveis cada vez maiores. É importante que se ressalte que a Economia Popular e Solidária está englobada num sistema maior, interligando-se à uma Política Popular e Solidária e à uma Cultura Popular e Solidária. Lisboa (1998) expõe de

forma bastante clara a importância das experiências populares e solidárias no âmbito econômico, afirmando que:

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem elas não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária. (p.16)

A Economia Popular e Solidária (EPS) irá então abranger as atividades e organizações que atuem concomitantemente em ambas. Para tal, a Economia Popular deve assumir as características da Economia Solidária e vice-versa, tem-se aí uma interseção de dois conjuntos com limites bem claros, formando um cenário que comportam características específicas, principalmente devido sua heterogeneidade. Arruda (1999) complementa afirmando que estas atividades se fundamentam na

Construção de empreendimentos econômicos – sociais e públicos – que são também comunidades humanas, ligadas pela busca do bem estar próprio e dos outros ao mesmo tempo, pelo apoio e serviço recíprocos. Incorporação da mais ampla diversidade de ocupações, segundo o desejo e o prazer de cada um, de modo que o trabalho se torne a combinação de resposta a necessidades de prazer, autoexpressão, realização de si para os outros. Estabelecimento de moedas comunitárias, símbolo e mediador das trocas de bens e serviços reais, sem juros, sem qualquer poder para incentivar a acumulação ou a especulação, e plenamente obedientes à soberania comunitária. (p.5)

Para tanto, é importante compreender alguns aspectos levantados por Lisboa (1998), principalmente o fato que o que caracteriza as relações de trabalho dentro da Economia Popular e Solidária não é a “condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a

responsabilidade mais pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado” (p.17), desta maneira, afirma-se que estas relações têm um enfoque social e estão direcionadas para o sustento do grupo. O autor ressalta ainda que “por isto não podemos confundí-las com uma espécie de capitalismo popular” (p.17).

Seguindo-se os conceitos já explícitos, pode-se afirmar que a Economia Popular é distinta da Economia Solidária, mesmo que possam interagir sobre si próprias. Há, como visto, ações da economia popular que não são solidárias, como as microempresas familiares de cunho capitalista. Da mesma forma, a Economia Solidária pode ser representada por ações não-populares, como as organizações não-governamentais que trabalham no combate à fome, por exemplo. Sendo assim, as atividades econômicas que podem ser classificadas como tendo origem popular e, também, solidária são aqui citadas por Lisboa (1998) :

A EPS surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no Mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o Mercado Solidário). O campo da EPS, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo, nas cooperativas e empresas autogestionárias, aos poucos supera o desafio do Mercado e viabiliza (e se viabiliza) sua competitividade no mesmo, constituindo-se como uma alternativa desde o interior das relações mercantis. Trata-se de um outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal no qual os pobres constroem suas próprias alternativas comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade. (p.11)

Poder-se-ia enumerar várias características, a começar com o fato que as atividades se desenvolvem em setores populares, ou seja, junto àqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal. Bem como, há sempre uma caráter associativo, as atividades não são individualistas, porém não chegam a agregar uma “multidão econômica” como diz Razeto. (1993, p.47)

Indo além, as iniciativas presentes nesta economia têm como um de seus objetivos o enfrentamento das necessidades e carências concretas, através de ações que se

fundamentam em valores solidários e cooperativos. Exige, desta maneira, a ação participativa, autogestionária, democrática e autônoma entre seus membros. Arruda (1999) enfoca alguns fundamentos necessários para a construção de uma cultura alternativa ao capitalismo, afirmando que:

A cooperação, por outro lado, assume que o indivíduo é um ser relacional, que só pode ser compreendido, e só pode agir, na complexidade das relações que constituem o seu ser. Assume que estamos todos interconectados no tempo e no espaço: conosco mesmos, com a natureza, com a sociedade e a humanidade enquanto espécie, e com cada pessoa. A compreensão desta interconexão, no entanto, não ocorre espontaneamente, sobretudo na cultura do extremo individualismo e egocentrismo que prevalece na atual etapa evolutiva da humanidade. Um processo de educação individual e comunitária se faz necessário, se uma comunidade deseja superar a cultura competitiva e agressiva dominante, e estabelecer laços sustentáveis de cooperação e solidariedade. A cooperação e a solidariedade são valores relacionados com sociedade do futuro – do terceiro milênio! Uma redefinição de solidariedade requer um movimento do laço natural que nos conecta no sentido de uma solidariedade consciente, que nos interliga por meio de uma decisão diariamente renovada. A cooperação é fundamentada no reconhecimento mútuo, respeito, reciprocidade, receptividade e compaixão. A complementaridade é outro valor crucial que torna a cooperação uma forma viável de relação. Num ecossistema, as trocas não precisam mais ser mediadas apenas pelo interesse de benefício pessoal: o que prevalece é a busca do mútuo benefício, e também do dar. (p.29)

Seguindo os delineamentos acima relatados, alcançar-se-ão formas horizontais de gestão, deixando de lado a hierarquização do sistema atual, através da ação conjunta de seus integrantes, e não da competição entre estes. Torna-se assim, uma tendência alternativa e transformadora aos que estão inseridos neste processo.

Estas, por sua vez, não são características secundárias, mas formam a base da Economia Popular e Solidária. Podem, certas vezes, ser observadas de forma isolada em organizações não-solidárias e populares, mas por certo estarão interagindo entre si de uma só vez numa mesma organização se esta for popular e, simultaneamente, solidária.

Inseridas nesta sociedade paralela - popular e solidária - buscam-se formas de viver que condizem com suas crenças, e assim o fazem através da colaboração, da cooperação e do solidarismo. Cabe aqui ressaltar que as questões éticas e morais são alguns dos principais fatores que movem a Economia Popular e Solidária, pois é a partir do que cada indivíduo crê, que este vai construir sua vida. Mance (1999) ressalta que:

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos no conjunto, e politicamente de promover a transformação na sociedade com esse mesmo fim.(p.19)

Ressaltando que este bem-viver não está relacionado com o consumismo ditado pelo sistema capitalista, onde um indivíduo estará realizado tendo um carro do ano ou a roupa da moda. O bem-viver, citado por Mance (1999), relaciona-se com as necessidades humanas reais, com um modo de vida equilibrado nos mais diversos setores: econômico, ideológico, intelectual etc. O consumo como mediação do bem-viver vem explicitar o fato de que a Economia Popular e Solidária não quer realmente que o indivíduo leve uma vida de abdições severas e muito menos de miséria.

Enquanto no capitalismo têm-se o consumo dependendo da produção, ou seja, é a produção que vai determinar o consumo. Na EPS, percebe-se o contrário, a produção será determinada pelo consumo, em outras palavras, irá produzir-se de acordo com as necessidades de consumo de cada indivíduo e da sociedade. O consumo, neste caso definirá a forma com que se efetiva a produção e a distribuição. Fato este que já ocorria em sistemas econômicos anteriores ao capitalismo. Porém, para que exista esta inversão faz-se necessária uma mudança de mentalidade distinta da que se aplica ao capitalismo.

O consumo solidário vai, por sua vez, representar tanto o bem-viver individual quanto o coletivo. Esse tipo de conduta se torna possível quando as pessoas entendem que a produção encontra sua finalidade – ou o seu acabamento – no consumo, e que mesmo o consumo realizado por um só indivíduo tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a

sociedade em geral. Este modo de consumo é exercido basicamente pelas pessoas que têm consciência de que os produtos consumidos vão estar colaborando diretamente para a exclusão ou geração de empregos e para a destruição ou manutenção da natureza. Mance (1999) afirma que o crescimento destas Redes “dependerá da decisão dos próprios excluídos e das pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade pós-capitalista em praticar o consumo solidário, dispondo-se a consumir produtos e serviços nelas disponibilizados” (p.48).

As atividades desenvolvidas dentro da Economia Popular e Solidária desenvolvem-se de forma distinta das atividades capitalistas em vários aspectos, Lisboa (2000) afirma que estas

São atividades não motivadas pela idéia do lucro, que interagem com o mercado sem estarem totalmente sujeitas ao mesmo, por meio das quais obtêm-se a provisão do sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. (p. 1)

As proposições de efetividade e sustentação dos empreendimentos econômicos populares e solidários são principalmente, como citados por Gaiger (1999)

1. o êxito econômico dos EES⁴ está vinculado a condição e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter cooperativo desses empreendimentos;
2. O solidarismo e a cooperação no trabalho proporcionam determinados fatores de eficiência, sendo então vetores específicos da viabilidade e competitividade dos EES;
3. Os EES apresentam sinais consistentes de viabilidade e podem evoluir para sua auto-sustentação;

⁴ EES: Empreendimento Econômico Solidário

4. A realização dos objetivos dos EES não impõe mecanismos de exploração dos trabalhadores, conferindo a essas empresas uma natureza distinta do processo de produção capitalista. (p.10)

Contudo, a Economia Popular e Solidária não retrata somente as questões relativas ao mercado de trabalho, mas uma nova visão social, como já dito. Estas formas de produção não-capitalistas, referenciadas dentro da EPS, representam verdadeiros embriões de um processo de revolução social, pois trazem à tona certos valores que parecem esquecidos dentro da rotina capitalista, como por exemplo, a solidariedade, a autonomia, a democracia e o respeito pela natureza e pela própria raça humana. Não se trata tampouco de um socialismo fundamentado na exacerbada participação do Estado. Pois é necessário que se tenha liberdade de ação para determinar quais as melhores estratégias de desenvolvimento das atividades populares e solidárias, de forma independente aos interesses dos grupos que se encontram ligados ao Estado.

Seguindo este raciocínio percebe-se a interação das atividades desenvolvidas segundo a lógica da Economia Popular e Solidária com as que seguem a lógica do capital, sem porém as primeiras se contaminarem com a idéia do lucro presente no capitalismo. Quando tenta se avaliar a Economia Popular e Solidária como uma alternativa ao sistema econômico vigente, deve-se primeiramente entender o que quer dizer o “alternativo”. Lisboa (1998) faz a seguinte observação:

A construção de uma alternativa depende da compreensão da própria palavra “alternativa”: a raiz “alter”, outro, aponta para o diferente, o novo. Já o radical “nativa”, denomina aquilo que é inerente à uma realidade, que lhe é congênito, que lhe envolve. O alternativo vem, portanto, desde dentro, ou da base. Um outro caminho para a sociedade depende, para emergir, de um pensamento novo que permita perceber que a saída se encontra dentro das nossas possibilidades se valorizarmos aquilo que é inerte à nossa natureza, possibilitando romper com padrões exógenos que vem destruindo nossas solidariedades locais adaptadas a condições ecológicas singulares. O paradigma da vida inspira-se na natureza (e não na máquina): uma árvore sustenta-se de forma resistente e duradoura apenas se estiver bem enraizada em seu solo. (p.9)

Gaiger (1999) afirma ainda que

Essas iniciativas inserem-se numa realidade mais ampla, relativa ao desenvolvimento de uma economia alternativa, em que coexistem atores diversos e se sobrepõem interações locais, regionais ou em maior escala. Elas constituiriam uma alternativa econômica, por atenderem setores sociais sem porvir e apresentarem condições de viabilidade, e uma economia alternativa, por seus traços distintivos. Esse segmento econômico por certo não exclui outros agentes e tampouco dispensa o Estado. Sua viabilização e perdurância dependem ademais de modificações de maior envergadura no cenário social. Por outro lado, como veremos adiante, a novidade que representa abre caminho para repensar de forma não dicotômica os vínculos entre o econômico e o social. (p.7)

3.4.1 Possibilidades e desafios

Por certo, existem alguns desafios a serem enfrentados para um melhor desempenho das atividades ligadas à Economia Popular Solidária, Arruda (1999) elenca-os da seguinte maneira:

- a) promover a auto-organização e autogestão das comunidades e sociedades em torno de planos próprios de desenvolvimento;
- b) articulá-los de forma complementar com outras comunidades e sociedades, negociá-los com as autoridades públicas, absorvendo a contribuição de empresas e de setores governamentais sem perder o controle do seu próprio sujeito;
- c) redefinir o papel do Estado, tornando-o cada vez menos o principal agente político, e cada vez mais simples orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade;
- d) papel semelhante seria atribuído às agências multilaterais nas suas respectivas esferas geopolíticas.(p.16)

Lisboa(2000), afirma que

Nos países capitalistas centrais observa-se especialmente a expansão das redes de comércio justo. Nestes mesmos países e em outros, como no caso particular da Argentina, crescem as experiências de Rede de Trocas com moedas sociais. Aqui no Brasil, ao invés de centrar os esforços na construção de moedas comunitárias, configura-se um "setor econômico popular-solidário" através de inúmeros empreendimentos comumente designados como de Economia Popular Solidária (EPS), bem como hoje avança a perspectiva de articular política e economicamente redes (ou fóruns) entre os mesmos (desafio da constituição de redes). Entretanto, no momento se coloca o desafio de conjugar estes caminhos (do comércio justo, da moeda social e o das redes de EPS): esta é uma forte possibilidade em debate e já em construção.(p.2)

As experiências populares e solidárias enfrentam seus próprios desafios, como já dito. Por certo, um dos principais é a dificuldade de se manterem sustentáveis enquanto atividades paralelas ao mercado capitalista. Desta forma Lisboa (2000) afirma que:

A resposta deste enigma tanto reside na construção de circuitos de troca solidária entre os empreendimentos de forma a ir configurando um outro mercado (caso contrário, as iniciativas de EPS competiriam entre si e se eliminariam mutuamente), quanto na compreensão do significado da idéia de solidariedade. Afirmar a solidariedade dentro da economia converge com a cada vez mais crucial importância dos valores para uma transformação verdadeira e duradoura. A construção da solidariedade exige uma profunda metanóia pessoal, conjuga-se com uma práxis de responsabilidade e reciprocidade, com uma sensibilidade de ternura e cuidado para com todas as formas de vida. Através das experiências contemporâneas de sócio-economia solidária emerge uma nova sociabilidade e uma nova ética, as quais tanto ainda podem ser apropriadas pelas forças hegemônicas da globalização neoliberal e servirem para aprofundar a precarização das relações de trabalho, quanto serem o brotar de uma nova civilização.

Sendo assim, observa-se que para garantir o sucesso da Economia Popular e Solidária é imprescindível que se dê maior atenção às Redes, a fim de fomentar uma fortificação destas atividades. Lisboa (1998) complementa citando que:

Aos poucos surge a perspectiva de uma articulação alternativa entre as redes de EPS, tanto num plano nacional quanto entre países. Isto supõe, é claro, que elas estejam minimamente consolidadas nos níveis de base, o que ainda não se evidenciou. O desafio de se consolidar nos níveis local/micro-regional/estadual é um dos mais prementes da EPS. Para atingir o patamar em que estas articulações estejam amadurecidas, faz-se necessário: I) uma maior integração entre os grupos rurais e urbanos e as entidades de apoio; II) capacitar as experiências de sócio-economia solidárias, através do debate e análise dos seus limites e das suas potencialidades como alternativa à exclusão social; III) expandir as feiras de exposições e vendas dos produtos, além de constituir um portal na Internet das redes de EPS, de forma a ampliar a visibilidade do setor e cimentar a criação de um mercado solidário; IV) realizar pesquisas e socializar os conhecimentos e informações oriundos da sócio-economia solidária através dos mais variados meios (edição de livros, criação de uma revista, produção de vídeos, etc.).

Como visto, o desempenho da EPS está inteiramente ligado à mudança de mentalidade, que influenciará diretamente nas crenças individuais e coletivas. Somente com uma cultura popular e solidária é que se poderá implementar com sucesso uma política e uma economia igualmente populares e solidária.

3.4.2 Cooperativas

Sem perder de vista o enfoque principal deste capítulo que é a discussão sobre a Economia Popular e Solidária, analisa-se aqui o cooperativismo com o intuito de visualizá-

lo como uma das atividades econômicas realizadas dentro deste modelo de economia alternativa ao capitalismo.

Como conceituação, Benatto (1994) complementa que “a doutrina cooperativista é uma doutrina econômico-social. Fugindo do balizamento das doutrinas capitalistas e socialista, sem contudo legá-las a um plano secundário de isolamento, o cooperativismo busca, através do econômico, o social de seu elemento componente” (p.21). Além de nomeá-lo como uma doutrina, o autor chama a atenção para o seu caráter filosófico, citando que o cooperativismo “é filosofia ao aspirar o aperfeiçoamento moral do homem, pelo alto sentido moral da solidariedade, contribuindo na ação pela melhoria econômica” (p.21).

É interessante, desde já, deixar claro que uma empresa capitalista é bastante diferente de uma cooperativa. Na primeira é raro ver os donos trabalhando diretamente na produção, tem-se o poder exercido unilateralmente, sendo o objetivo principal a acumulação crescente do capital por aqueles que investiram no empreendimento. Tudo é realizado pensando-se primeiramente na garantia do lucro dos donos da empresa e seus acionistas.

Klaes (1982) ressalta que o capitalismo “admite as cooperativas como válvulas de escape para a modernização, camuflando realmente um autêntico caso de desvirtuamento (decantação utópica), sem contudo assumí-lo em sua autenticidade ideológica” (p.106).

O caminho escolhido por estes trabalhadores cooperativados não é somente um “mar de rosas”. Devido a falta de políticas públicas ou privadas de incentivo à estas estruturas organizacionais, elas contam com pouco apoio em assessoria, na qualificação técnica e tecnologias que possam melhor qualificar seus serviços e produtos. Outro grande desafio está fundamentado na questão cultural, que acompanha a falta de atenção dada pelos dirigentes políticos. Algumas soluções são buscadas a fim de se manter um efetivo êxito destas atividades cooperativistas, como cita Pinho (1977):

Na busca de novas dimensões, para atender às necessidades dos cooperados e às exigências impostas pela competição da economia de mercado, as cooperativas se fortalecem, unindo-se entre si em plano

vertical (centrais, federações, confederações etc.), horizontal (fusões, incorporações, desmembramentos etc.) ou misto. Ou saltam etapas de múltiplos tipos (pools de compra e de venda, condomínios de indústrias etc.). Ou, ainda, adquirem o controle acionário de empresas-não-cooperativas, o repasse de incentivos fiscais etc., transformando-se em complexos agregados ou hipercooperativas de âmbito multinacional. (p.58)

Klaes (1982) ressalta que “baseados no esforço próprio e na ajuda mútua dos associados e regidas por normas conhecidas como “princípios”, as cooperativas são consideradas como um dos meios mais eficazes para aperfeiçoar e democratizar os processos econômicos, melhorar as condições de vida e proporcionar bem estar geral” (p.5). Através destes preceitos tem-se o intuito de estabelecer um crescimento econômico simultâneo a um desenvolvimento social.

Optar pelo cooperativismo unido à lógica da Economia Solidária, vai além da motivação econômica de uma pessoa, há a necessidade de se ter uma consciência coletiva, pois deve se ter claro que todos tomarão as decisões juntos. Não há uma decisão imposta aos demais, o envolvimento é multilateral. Para que a cooperativa tenha seu andamento, é necessário também que seus membros estejam longe da alienação, impondo-se que todos devem saber o que acontece. E sendo assim, percebe-se que nem todas as pessoas tem este perfil, muitas preferem ainda a presença do patrão, que lhes diz o que deve ser feito e não há necessidade de um maior envolvimento nas questões que vão além das atribuições dadas aos seus postos de trabalho.

O cooperativismo pode estar ou não conectado à Economia Popular e Solidária, a diferença está na forma como os indivíduos se utilizam desta forma de geração de emprego e renda. Uma cooperativa popular e solidária, terá um cunho social mais destacado, onde a cooperação de seus membros está em primeiro lugar. Gaiger (1999) menciona que:

vale destacar a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos. Contrapondo-se ao conservadorismo político e ao perfil

empresarial do cooperativismo tradicional, proliferam hoje em dia novas cooperativas de trabalhadores, nos segmentos de consumo, produção, comercialização e serviços. Seu ideário evidencia algumas das reorientações no pensamento da esquerda e reafirma valores históricos do movimento operário e popular, tais como o direito a condições dignas de vida, a desalienação do trabalhador e a democracia substantiva (p.9).

3.4.1.1 Histórico

Ao tentar analisar-se o início do cooperativismo, percebe-se que este pode ser datado de milhares de anos, se observado pela óptica da cooperação. A cooperação entre os indivíduos se inicia desde que o homem percebe maior eficiência nas atividades que deixa de realizar sozinho e passa a contar com a ajuda de seus semelhantes. Klaes (1982) em sua pesquisa, percebeu a presença de organizações econômicas com características cooperativistas desde a Idade Antiga.

Na Idade Antiga, mais especificamente na Grécia, já podiam ser percebidas associações com características cooperativistas entre as classes média e baixa. Em Roma, por sua vez, estas experiências podiam ser apreciadas junto às associações de operários, serralheiros, carpinteiros, entre outras classes de trabalhadores. Já em Esparta as experiências cooperativistas se davam no campo militar.

Na Idade Média, são observados sistemas organizacionais de caráter cooperativo tanto no ambiente rural como no urbano. Nos países como França, Itália, Inglaterra e na região dos Alpes, os trabalhadores rurais começavam a se organizar na venda e transformação da produção leiteira; os povos germânicos se agrupavam para realizar tarefas que tivessem um interesse comum, como a exploração de bosques, construção de diques e sistemas de irrigação; existiram várias outras experiências similares como a “zadruga” na Eslováquia e o “mir” na Rússia. No meio urbano encontravam-se as “guildas” ou “corporaciones”, que adotavam formas operacionais similares ao que hoje se aplicam nos sindicatos e nas cooperativas, Klaes (1982) revela que estas

possuíam um espírito marcadamente protecionista, bem como defendiam seus membros tanto da concorrência externa quanto de seus colegas. Para tanto, fechavam o mercado urbano impedindo a entrada de produtos externos e concomitantemente adotavam regulamentações bem minuciosas a respeito das categorias dos trabalhadores, dos preços, dos salários, os horário de trabalho, das ferramentas e técnicas e produção, chegando inclusive a estabelecer uma ordem econômica igualitária. (p.39).

Ainda neste mesmo período, porém, na América estavam presentes também algumas experiências de cunho cooperativo. Na região onde hoje se conhece como Peru, estavam os povos Incas, que criaram os “Ayllus” , que representavam a base da organização econômica e militar, como característica cooperativista. Experiências semelhantes podem também ser encontradas junto aos povos Astecas, no México. Também no Paraguai, atividades como o cultivo e a criação de gado se davam de forma coletiva.

Na Idade Moderna, percebendo alguns problemas presentes nas organizações sócio-econômicas, alguns filósofos e economistas da época começaram a descrever organizações sócio-econômicas em seus escritos e romances que insinuavam formas de se efetivar melhorias nas condições de vida. Como por exemplo: A “A Cidade do Sol” de Campanella, “A República” de Platão e “A Nova Atlântida” de Francis Bacon. Saindo do papel e indo para a parte prática, as Colônias Religiosas e as Missões Jesuíticas, serviram de exemplo para a sociedade da Idade Moderna. Nas Missões Jesuíticas, que envolviam quase meio milhão de quilômetros quadrados englobando alguns países da América Latina, eram desenvolvidas atividades como agricultura, pecuária e artesanato de forma comum em cada missão. Klaes (1982) observa quanto às Colônias Religiosas que:

Tanto as inquietudes espirituais quanto a intolerância e as perseguições religiosas da época estimularam alguns grupos religiosos a organizar colônias com economia coletiva em diversas regiões do continente europeu e americano dando início a movimentos religiosos com conotações cooperativistas (p.45).

Como dito anteriormente, as formas de produção de caráter cooperativo são presentes em época remotas ao capitalismo, e continuam presentes após o início deste. Por mais que o modelo de cooperativismo atual pareça um tanto quanto distinto, deve se valer destas experiências, que tem a semente do cooperativismo, vividas deste a Idade Antiga até a Idade Moderna, para que se possa melhor compreender historicamente sua fundamentação.

As primeiras cooperativas, como se conhece hoje, surgiram na Inglaterra no final do século XVIII. Entre os precursores do cooperativismo estão os pensadores: Charles Fourier, Willian King, Philippe Buchez, Louis Blanc, destacando-se ente estes Robert Owen, considerado o “pai do cooperativismo moderno”. King, em 1817, organizou a primeira cooperativa de consumo. Owen (1771-1858), esteve sempre envolvido com as questões sociais de sua época, envolvendo-se de forma teórica e prática nas questões sociais, educacionais, políticas e econômicas da sociedade inglesa.

Klaes (1982) esclarece que:

As idéias cooperativistas, tateantes e inseguras no último terço do século XIII e no início do século XIX, se corporificam como doutrina e se introduziram como fonte de comportamento social e econômico nas relações humanas associadas a partir da materialização da Cooperativa de Rochdale (21 de dezembro de 1844) (p.52).

Quanto ao movimento cooperativista brasileiro, pode-se ressaltar que “o marco histórico do movimento cooperativo não somente teve concomitâncias, como inclusive antecedência de fatos na experiência cooperativada” (p.106), como elucida Klaes (1982).

De acordo com as pesquisas de Klaes (1982), no Brasil pode se observar três principais momentos no que tange as experiências cooperativistas:

- A República Cooperativa dos Guaranis (1610-1768)

Nesta experiência os trabalhos eram realizados de forma coletiva e seus resultados era posteriormente distribuídos. As principais atividades desenvolvidas eram a agricultura e a pecuária, que primeiramente serviam para o sustento de seus membros. Com o aprimoramento das técnicas, passou-se a comportar certo excedente de produção que era enviada a um armazém central, onde era administrado de forma a garantir serviços de saúde, culto, educação e outros. E ainda o restante era as vezes exportado. Esta experiência permaneceu ativa durante cento e cinquenta anos, possuindo inclusive uma constituição que garantia sua autonomia econômica.

- Quilombo (século XVII a XIX)

Durante o período de escravidão no Brasil, estavam sempre presentes os protestos, lutas e fugas. Estes escravos fugitivos organizavam-se nos Quilombos, onde as terras eram de todos. No início eram precários, atuando em nível de sobrevivência através da pesca, da caça e da agricultura. Com a chegada de mais fugitivos que dominavam técnicas utilizadas nas terras dos senhores do capital, com o tempo foram incrementadas às técnicas de produção.

- Experiências Fueristas de Cooperativas Integrais (1840-1895)

O termo fuerista provem do utopista francês, François Marie Charles Fourier, que na verdade faleceu antes que se firmasse a primeira experiência cooperativa no Brasil. Os imigrantes europeus foram os responsáveis pela implementação de idéias cooperativistas na Região Sul. A agricultura e o artesanato eram as principais atividades realizadas, com interessante sistema de trabalho rotativo para evitar a monotonia e o cansaço. As primeiras

experiências de cooperativa integral aconteceram entre 1842 e 1845 em Santa Catarina, em locais como a Vila da Glória de São Francisco e a Colônia Belga em Morretes; no Paraná entre 1847 e 1890, tem-se os exemplos da Colônia Teresa Cristina, Colônia Cecília; além das experiências vivenciadas no Rio Grande do Sul, como o Movimento dos Mucker em Sapiranga.

3.4.1.2 Estrutura do cooperativismo

Ao se abordar a estrutura do cooperativismo existem vários aspectos que devem ser levados em consideração, entre estes, suas características, princípios e tipologia. Cada um destes será analisado a seguir.

A. Princípios

Os princípios do cooperativismo tiveram sua primeira redação em 1844, conhecidos como Princípios de Rochdale, sendo alterados posteriormente pela Aliança Cooperativa Internacional em 1937 e em 1966. Em sua estrutura atual existem alguns componentes que se mantiveram sempre presentes, sendo que estes princípios formam a base de uma cooperativa. Pinho (1977), apresenta-os da seguinte maneira:

1. adesão livre – também conhecida como princípio da porta aberta, e que possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais;

2. gestão democrática – ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos, por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social;
3. distribuição das sobras líquidas: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados por cota das operações que cada um realizou com a cooperativa;
4. taxa limitada de juros ao capital social – ou pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção;
5. constituição de fundo para educação dos cooperados e do público em geral;
6. ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional. (p.22)

Além destes princípios existem alguns fundamentos que não tem como não serem citados quando se trata de cooperativismo. Elencados por Benato (1994) estão “o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade” (p.23).

B. Características

Uma das principais características do cooperativismo está na presença de seu protagonista, o usuário-empresário. Este estará sendo um usuário no momento em que desfruta da produção; e assume o papel de empresário quando, numa mesma instância, é o dono de seu próprio negócio.

Anteriormente já foi ressaltada a diferença de uma empresa capitalista para uma cooperativa, que se torna mais clara através das colocações de Pinho (1977):

1. empresa sem fim lucrativo;

2. cooperado com dupla qualidade de usuário e empresário da cooperativa, como já vimos;
3. igualdade de direitos e obrigações, baseada, sobretudo, na norma de que, nas assembleias gerais, cada associado tem direito a apenas um voto;
4. indivisibilidade do Fundo de Reserva e de outros , se houver, em caso de liquidação da cooperativa;
5. tratamento do capital como fator de produção, a serviço do cooperado. (p.21)

C. Tipologia

Primeiramente, pode se definir dois tipos básicos de cooperativas segundo sua estrutura funcional, Pinho (1977) distingue estas duas da seguinte forma:

- a) cooperativas de pessoas físicas, que se associam para exercício de funções auxiliares de sua atividade empresarial (agricultores, artesãos, comerciantes, pescadores, etc.) ou para o exercício de trabalho em comum, ou ainda para a satisfação das necessidades das unidades domésticas;
- b) cooperativas de pessoas jurídicas, que resultam de variadas formas de concentração de cooperativas entre si, ou de cooperativas com sociedades-não-cooperativas, para a prestação de serviços aos associados em condições de economia de escala, redução dos custos, ganhos de produtividade, integração, integração de atividades econômicas complementares, aprimoramento de métodos administrativos, gerenciais e tecnológicos, etc.(p.14)

Como colocado por Benato (1994), a tipologia das cooperativas também pode ser avaliada de acordo com o segmento em que atuam:

1. Segmento agropecuário, composto pelas cooperativas de produtores de um ou mais tipos de produtos agrícolas e/ou pecuários;
2. Segmento de consumo: composto pelas cooperativas de consumo, que visam associar pessoas que tem necessidades por um mesmo tipo de produto, afim de garantir a estas uma economia de escala;
3. Segmento de produção: composto pelas cooperativas de bens duráveis e não duráveis;
4. Segmento de trabalho: composto pelas cooperativas de trabalhadores cujas funções poderiam ser desenvolvidas de forma autônoma, como por exemplo garçons, costureiras etc.
5. Segmento de crédito: composto por cooperativas de crédito rural e urbano, estas por sua vez têm um papel imprescindível no cooperativismo.

Existem ainda vários segmentos que poderiam ser citados como o educacional, o de habitacional e o de mineração, que tem atuação mais específica.

4 – CONCLUSÃO

Não estamos aqui apresentando a utopia de um mundo a ser realizado em um futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de um projeto que pode ser iniciado desde já e em toda parte onde seja possível as pessoas organizarem atividades autônomas de consumo e labor.

Eulcides Mance (1999, p. 13)

Compreendendo-se a dinâmica capitalista, percebe-se a intensidade das mudanças que esta provoca na sociedade como um todo. Neste estudo, o enfoque recai primeiramente sobre o mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, em que foram analisadas suas características e as transformações ocorridas nas relações de trabalho. Seguindo as tendências globais, o mercado de trabalho brasileiro têm apresentado um forte processo de desvinculação dos empregados, representando uma fuga dos trabalhadores do setor formal para o informal. Fato este que ocorre tanto pela diminuição de postos de trabalhos no setor formal, quanto pela opção de alguns trabalhadores em terem negócios por conta própria em vez de permanecerem na condição de assalariados.

O desemprego, por sua vez, não é um processo contemporâneo, sempre esteve presente no capitalismo e atinge tanto os países em desenvolvimento quanto os países desenvolvidos. Sua presença tem funções econômicas explicáveis, como a flexibilização do mercado de trabalho e os níveis de salários reduzidos. Porém, do ponto de vista social o que se vê é uma crescente massa de excluídos, que tentam de alguma forma suprir suas necessidades, e sabe-se bem que não são todos que conseguem.

Dentro da economia brasileira algumas políticas públicas foram implementadas com o intuito de se combater a crise no mercado de trabalho, entre estas estão: a) os programas de treinamento: que proporcionam a qualificação dos trabalhadores, mas por outro lado, aumentam a competição dentro do mercado de trabalho, e não trazem nem um aumento na

demanda por força de trabalho, nem tampouco um aumento nos salários; b) crédito à micro e pequena empresa: que promovem incentivo à abertura de novas empresas, mas em contraposição não oferecem condições para que estas possam resistir à voracidade do mercado; c) legislação trabalhista: por um lado proporcionam certas garantias aos trabalhadores, mas como é relativamente pequeno o número de trabalhadores com carteira assinada, são poucos os que desfrutam de seus direitos, além da legislação estar desatualizada.

Este panorama vivenciado na economia capitalista contemporânea é de difícil reversão à curto prazo e apresenta agravantes cada vez mais complexos. Porém, sempre houve formas não-capitalistas de geração de emprego e renda durante todo o capitalismo. O segundo enfoque, então, recai sobre a Economia Popular e Solidária, observando seus fundamentos e o modo como esta se coloca paralela à economia capitalista, apresentando-se como uma alternativa aos excluídos do mercado de trabalho. A economia popular por ser uma economia nascida da necessidade de subsistência dos trabalhadores que não se encontram inseridos no mercado de trabalho, quando unida à economia solidária que retrata valores de colaboração, auto-gestão e solidariedade, formam a EPS.

Na EPS, o trabalho está em primeiro plano, deixando de lado a acumulação de riquezas. Para que esta economia possa se desenvolver é necessário um conjunto de crenças e valores éticos que induzem cada ser individual a se conectar com o coletivo. É imprescindível que esta economia faça parte de uma ideologia de vida para que possa ser colocada em prática por aqueles que fazem desta não somente uma forma de geração de emprego e renda. O tipo de empreendimento mais comum à EPS é a cooperativa, que já traz em si os princípios de cooperação, associação auto-gestão. Porém, não são todas as cooperativas que se inserem nesta lógica, há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista de acumulação de capital.

Para que exista a EPS é fundamental que haja também uma cultura e uma política popular e solidária. E sabe-se que é difícil que haja esta mudança e mentalidade, do capitalista (individual e excludente) para o popular e solidário (coletivo e associativo). Esta mudança e mentalidade não é, com certeza, o único desafio enfrentado pela EPS. Há também os desafios de se promover a auto-gestão através de planos próprios de

desenvolvimento; de articulá-los com outras comunidades similares e com o próprio capitalismo sem perder sua identidade; de redefinir o papel do Estado e, de agregar empreendimentos populares e solidários para que se fortaleçam suas relações de consumo, produção e distribuição. Em relação a este último desafio, uma solução que vem sendo experimentada são as redes de troca, que enfocam o consumo solidário, a agregação de unidades que se encontram isoladas, troca de conhecimentos e informações etc. Somente unindo-se as atividades populares e solidárias é que se poderá construir uma alternativa sustentável.

Conclui-se, então, que a EPS pode sim ser uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. Porém, ainda somente para uma minoria de trabalhadores. São estes poucos que despertam para uma economia não-capitalista, que acreditando em suas ideologias de solidariedade, que vem conseguindo construir uma economia paralela, defendendo a colaboração dentro de suas atividades, tornando-as autogestionárias. Enfrentam desafios, como qualquer outra atividade (seja ela popular ou não), mas é através da união de seus membros em torno de um objetivo comum, que a EPS consegue encontrar caminhos que levam a geração de emprego, renda e de uma melhoria na qualidade de vida. Aqui, fica ainda o questionamento de como se pode realizar a mudança de mentalidade necessária e o intercâmbio entre estas experiências de maneira eficaz, de forma a promover a amplitude e a sustentabilidade da Economia Popular e Solidária.

O futuro é gerado no presente, e a dinâmica com que alcançam as metas depende de cada ser individual e do conjunto destes: a sociedade. O desempenho das transformações ocorridas na sociedade, depende, então, da velocidade com que cada cidadão muda seus ideais, suas crenças e sua ideologia de vida. Da mesma forma, o desempenho da Economia Popular e Solidária depende não só da mão invisível do mercado, mas principalmente dos que acreditam nela. Qualquer forma nova de sociedade é primeiramente vista com certo “pré-conceito”, assim também foi visto o capitalismo em seu início, e hoje, parece tão lógico, óbvio e imutável para a maioria das pessoas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward. **Mercado de trabalho e do emprego sob a política de estabilização.**

In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.

ARRUDA, Marcos. **Que fazer para alimentar a mística dos que estão na vida política?.**

In Artigos & histórias de sócioeconomia solidária. São Paulo : PACS, 1999.

_____. **Globalização e desenvolvimento comunitário autogestionário.**

In Artigos & histórias de sócioeconomia solidária. São Paulo : PACS, 1999.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Crise contemporânea e mercado de trabalho**

no Brasil. OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP.IE, 1999.

_____. **Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil.** OLIVEIRA, Marco

Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP.IE, 1999.

BENATO, João Vitoriano Azoli. **O ABC do cooperativismo.** São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Desgaste na legislação laboral e ajustamento do**

mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza : impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo : Moderna, 1999.

GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo : Cortez, 1993.

GAIGER, Luis Inácio. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária**. Caxambu: Unisinos, 1999.

_____. **A solidariedade como uma alternativa para os pobres**. (on line). 2000.
(<http://www.pacs.org.br>).

LAVINAS, Lena. **As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero**. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.

LISBOA, Armando. **Os desafios da Economia Popular e Solidária**. (on line). 2000.
(<http://www.pacs.org.br>).

_____. **A economia Popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

_____. **Desenvolvimento uma idéia subdesenvolvida**. Florianópolis: UFSC, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Livro I Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O capital: crítica a economia política.** Livro II Vol. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo.** OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP.IE, 1999.

NÚÑEZ, Orlando. **La economía popular asociativa y autogestionaria.** 2a. Managua : CIPERS, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Aloísio Barbosa de. **Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra.** OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP.IE, 1999.

OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo: Guia prático.** Porto Alegre : FDRH, 1979.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo : Saraiva, 1977.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil.** OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia e Trabalho. Campinas : UNICAMP.IE, 1999.

POSTHUMA, Anne Caroline. **Transformações do emprego no Brasil na década de 90.** In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular.** In GADOTTI,

Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco, Educação comunitária e economia popular. São Paulo : Cortez, 1993.

REINECKE, Gerhard. **Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil**. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo : Best Seller, 1994. 335p.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. São Paulo : Contexto, 1999. 3.ed.

SOUZA, Herbert de. **Globalização**. Jornal O Estado de São Paulo, 06/07/1996

VALENZUELA, María Helena. **Igualdade de oportunidades e discriminação de raças no mercado de trabalho no Brasil**. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do trabalho e emprego, 1999.